

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese**

Prestação de Contas do Governo ano 2023 – 1º Ciclo

— 22/6/2023 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

*Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social** – Sedese –, entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2023, no âmbito do 1º Ciclo do **Assembleia Fiscaliza** – **Prestação de Contas do Governo de 2023***

Reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Presidenta da reunião: deputada Andréia de Jesus

Data: 22/6/2023

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte-MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

As Comissões de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher receberam, em 22/6/2023, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de *1º de janeiro a 31 de maio de 2023*, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir à reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Direitos Humanos: deputadas Andréia de Jesus (presidenta), Bella Gonçalves (vice-presidenta) e Beatriz Cerqueira e deputado Betão.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: deputada Andréia de Jesus.

Poder Executivo: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

Demais presenças: deputada Leninha e deputados Antônio Carlos Arantes e Ricardo Campos.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

1) Políticas para as mulheres

- Tendo como eixos norteadores a promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres e a inclusão produtiva e geração de trabalho, emprego e renda, foi criada pela recente reforma administrativa do Estado – Lei nº 24.313, de 2023 – a Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres, vinculada à Sedese. A subsecretaria vai atuar por meio da promoção dos direitos das mulheres, considerando a diversidade e as especificidades presentes no Estado; do acolhimento e atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência; da ampliação da autonomia política, social e econômica das mulheres; e da formação, mobilização e sensibilização da sociedade quanto aos direitos das mulheres.
- **Projeto Equidade para Superar Fronteiras:** ações prioritárias: campanha de disseminação de histórias de mulheres que superaram situações de violência; Observatório de Mulheres; capacitação e qualificação de mulheres, em consonância com as suas necessidades e as demandas do território; inserção de critérios de equidade nos processos licitatórios; programa de aumento da escolaridade para acesso a cursos de qualificação e inserção no mercado de trabalho; protocolo de enfrentamento da violência sexual contra as mulheres, em bares, restaurantes e ambientes de lazer, que será lançado em breve; estímulo à construção de redes de apoio para as mulheres e *advocacy* para garantir recursos federais vinculados às políticas para mulheres.

- **Dignidade menstrual:** disponibilização de absorventes higiênicos a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Previsão de atendimento para 2023: 793 mil adolescentes da rede pública de ensino estadual, 2.600 mulheres em acolhimento institucional, 2 mil mulheres do sistema prisional e 100 adolescentes do sistema socioeducativo.
- **Banco de empregos A Vez Delas:** primeiro banco de empregos estadual, com 126 currículos cadastrados, 8 empresas parceiras e 47 vagas disponibilizadas. Estão buscando parceria com mais empresas e há tratativas com o Senac para qualificar as candidatas, tendo em vista a incompatibilidade dos currículos enviados com as vagas ofertadas. Qualquer órgão da Rede de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher pode enviar o currículo de mulheres vítimas de violência para as empresas parceiras. Realização de parceria inédita com o TRE-MG para reserva de vagas nos contratos terceirizados do tribunal para mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente de violência doméstica e intrafamiliar. Estão trabalhando nesse mesmo sentido com as empresas do Estado e objetivam, também, firmar essa parceria com a ALMG, o MPMG e o TJMG.
- **Cerna:** de 2019 a 2022, mais de 5.900 atendimentos para 699 mulheres, e de janeiro a maio de 2023, 1.096 atendimentos para 162 mulheres. Contratação de mais quatro psicólogas para a Delegacia de Contagem (projeto-piloto, visando qualificar o acolhimento em delegacias não especializadas). Ampliou a articulação com os municípios mineiros para atendimentos locais.
- **Mulheres no Esporte:** mais de 23 mil mulheres contempladas pela Lei de Incentivo ao Esporte, Núcleo de Fomento ao Paradesporto e em diversas atividades: Bolsa Atleta; Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG – 2023; Geração Esporte (programa no contraturno escolar que atende meninas e mulheres de 6 a 17 anos); Melhor Geração (programa que atende mulheres idosas).
- **Trajetos Moda:** projeto realizado em parceria com as prefeituras, no âmbito do Percursos Gerais, destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade. Objetiva promover a elevação da autoestima, a autonomia e a independência financeira das mulheres. Foram oferecidos cursos de corte e costura, com abordagem de aspectos socioemocionais, liderança, empregabilidade, direitos da mulher e plano de negócios, de forma a possibilitar a geração de células produtivas locais. Foram adquiridas 159 máquinas de costura, para 19 municípios, entregues em março de 2023. Previsão de 270 mulheres atendidas até dezembro de 2023, com expansão para 480 mulheres, por ano, de 2024 a 2026.
- **Projeto Resposta Rápida da Vale (relacionado às medidas de reparação em Brumadinho e na Bacia do Paraopeba devido ao rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A.):** criação da Casa da Mulher da Bacia do Paraopeba, em Juatuba, onde serão ofertados diversos serviços, abrangendo 18 municípios.

2) Direitos humanos

- **Crianças, adolescentes e juventude:** previsão de oferta de 6.793 vagas em cursos de formação para conselheiros tutelares e de direitos e gestores municipais em 2023; realização da Semana Estadual da Juventude, de 12 a 18/8/2023, no Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte; implantação do Sistema de Informações e Monitoramento de Avaliação – Sima/Educação – em 2.163 escolas, visando monitorar a ocorrência de violações de direitos, com o registro por tipologia de violação, permitindo a implantação de políticas públicas mais assertivas.

- **Diversidade sexual:** inclusão das Identidades de Gênero e Orientações Sexuais no Registro de Eventos de Defesa Social – Reds –, possibilitando a criação do Painel LGBTQIAPN+ na Base Integrada de Segurança Pública – Bisp –, com maior transparência das informações sobre as violências sofridas, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas; relançamento da campanha Respeito à Diversidade, a ser replicada de modo contínuo e com atuação permanente junto ao público da Penitenciária Jason Albergaria. O novo modelo de gestão da temática LGBTQIAPN+ na Sedese, após a reforma administrativa, permitirá a atuação para além da defesa e promoção de direitos, abrangendo a perspectiva da garantia dos direitos, por meio do monitoramento das políticas transversais de todas as pautas da temática.
- **Igualdade racial e povos tradicionais:** realização de diagnóstico situacional participativo em seis comunidades quilombolas, em fevereiro de 2023, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, o qual será replicado e ampliado para outras áreas. Esse diagnóstico possibilitou a realização de sete visitas técnicas a municípios, de janeiro a maio de 2023, para orientação sobre a Política de Promoção da Igualdade Racial e sua estruturação.
- **Políticas para pessoas em situação de rua:**
 - **Programa Vias de Inclusão:** destinados R\$ 821 mil à qualificação profissional, organização e gestão e empreendimentos econômicos solidários para pessoas em situação de rua. Os municípios beneficiados são os que têm maior número de pessoas em situação de rua, cadastradas no CadÚnico, que não possuem projetos voltados a esse público. O programa atendeu 120 pessoas em dois municípios (Betim e Contagem) em 2022, e há previsão de atender 430 pessoas em sete municípios (Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Sete Lagoas e Uberaba) até dezembro de 2023.
 - **Moradia:** em parceria com o projeto Canto da Rua, em Belo Horizonte, foi lançado em junho de 2023 um programa piloto para construção de 10 unidades habitacionais na capital, no âmbito da metodologia *Housing First* (moradia primeiro), que comporta não apenas a construção de uma casa, mas uma metodologia de apoio socioassistencial que visa à superação da situação de pobreza. A iniciativa contou com recursos de uma emenda parlamentar federal e planeja construir outras 20 ou 30 unidades com recursos que serão repassados pelo MPMG.
- **Políticas para pessoas idosas:** execução do projeto Melhor Geração, por meio do Fundo Estadual do Idoso, com ênfase nos municípios de menor IDH, os quais têm mais dificuldade de acessar as leis de incentivo. Onze núcleos esportivos do programa serão implementados em 2023, com previsão de atendimento de mais de mil pessoas idosas. Trata-se de um processo de adesão por município feito por chamamento público para contemplar 67 municípios nas regiões do Mucuri, Jequitinhonha e Norte.
- **Migração e enfrentamento do tráfico de pessoas e do trabalho escravo:** adaptação do Fluxo Nacional de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo à realidade de Minas Gerais, garantindo celeridade no tratamento das ocorrências, com previsão de lançamento para agosto de 2023; para a consecução dos objetivos do fluxo foram efetivadas parcerias com a Organização Internacional do Trabalho – OIT – e com o Fundo Global para Erradicação da Escravidão Moderna – GFEMS –, para a capacitação de equipes técnicas de assistência social. Qualificação dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras – para apoio no atendimento aos resgatados do trabalho escravo.

- **Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais:** 83 casos de conflitos coletivos fundiários são acompanhados atualmente pela Mesa, que realizou 31 reuniões de janeiro a maio de 2023.
- **Habitação:** incremento da pauta de habitação, que passa a ser gerida pela Subsecretaria de Política de Habitação; implementação de ações intersetoriais de monitoramento em parceria com os órgãos executores dos programas de habitação, com o objetivo de inserção das demandas do público-alvo dessas políticas.

Regularização fundiária: títulos entregues, de janeiro a maio de 2023:

- Cohab Minas: 1.660 títulos de escrituras públicas entregues, sendo 803 títulos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S – e 857 títulos de Escrituras Públicas;
 - Regularização urbana (Sede e ARMVA): 1.175 títulos entregues;
 - Regularização rural (Seapa): 847 títulos entregues;
 - Programa Minha Casa Minha Vida: atualmente em processo de organização, no âmbito da Sedese, das ações a serem implementadas.
- **Sistema de prevenção e resposta a desastres:** no âmbito do Mapeia Minas, têm sido identificadas as áreas suscetíveis a danos recorrentes causados por desastres naturais, geológicos, deslizamentos de terra e rompimentos de barragens, com a finalidade de possibilitar ao município realizar intervenções preventivas. Para a construção do Sistema de Prevenção e Resposta a Desastres do Estado será efetivada, até outubro de 2023, parceria com a Amazon Web Services– AWS –, com o aporte de 30 mil dólares dessa empresa. Há previsão de redução de 50% no número de vítimas nas ocorrências em áreas de risco e desastres até 2027 (10% a cada ano). Programa de benefício eventual, destinado ao pagamento de aluguel social e distribuição de cestas básicas para atingidos em situações de desastres, com recursos oriundos do Piso Mineiro.
 - **Programa Minas de Sol:** acesso de famílias rurais, em situação de vulnerabilidade, à energia elétrica, com distribuição de 200 kits fotovoltaicos autônomos, com recursos de R\$ 2,17 milhões e execução até dezembro de 2023.
 - **Plano Estadual de Habitação:** responsável pelo plano, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru – concluiu, em maio de 2023, a elaboração de uma minuta. A próxima etapa prevista é a discussão do plano com a sociedade civil, por meio de uma consulta pública, em novembro de 2023.
 - **Acesso ao saneamento básico:** soluções de saneamento para moradias de famílias de baixa renda, residentes na zona rural de municípios, no âmbito do Percursos Gerais, com investimento de R\$ 4,05 milhões. Contempla parcerias com os municípios, com previsão de entrega, até dezembro de 2023, de 120 fossas sépticas para a correta destinação e tratamento das águas na Regional Montes Claros; 200 cisternas para captação de água de chuva na Regional Montes Claros; 40 módulos sanitários na Regional Diamantina (Santo Antônio do Itambé); 180 fossas sépticas econômicas na Regional Teófilo Otoni (Ladainha). Além disso, 48 Sistemas Integrados de Abastecimento de Água – SIAAs – concluídos em 44 municípios, com 3.000 pessoas beneficiadas, e previsão, até o fim de 2023, de 46 novos SIAAs, em 39 municípios, beneficiando 2.800 pessoas.

- **Centros de Referência de Direitos Humanos:** busca de melhorias para garantir a efetividade dos atendimentos e, no futuro, para incrementar recursos. Conseguiram renovar os recursos até julho de 2024.
- **Programa de promoção, proteção e reparação de direitos humanos:** investimento de R\$ 1,242 milhões no programa, que conta com o cofinanciamento do governo federal e atende atualmente 83 defensores de direitos humanos.
- **Paz nas escolas:** previsão de lançamento, em agosto de 2023, de campanha conjunta com os municípios e os órgãos das áreas de segurança pública e educação para o enfrentamento da violência nas escolas.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Publicar decreto de alteração do **Conselho Estadual da Mulher**, de forma a possibilitar o retorno de suas atividades.
- Lançar, até setembro de 2023, o **Plano para Enfrentamento da Pobreza em Perspectiva Multidimensional**, com atuação prevista durante os próximos dez anos, a ser balizado em dois pilares fundamentais: (i) qualificação profissional, geração de emprego e renda com inclusão produtiva e (ii) a primeira infância. Atender cerca de 20% da população desocupada entre 18 e 65 anos de idade, sendo 75 mil pessoas em 2023, 200 mil em 2024 e 150 mil em 2025.
- Envidar esforços para o retorno do programa Leite de Minas.

V – Encaminhamentos parlamentares

Requerimentos

RQC nº 3.047/2023: pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para o restabelecimento das atividades do Conselho Estadual da Mulher.

RQC nº 3.103/2023: pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social consubstanciadas na lista de endereços e telefones de todos os Centros de Referência de Assistência Social – Cras – do Estado.

RQC nº 3.104/2023: pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as ações e projetos que têm sido executados para a população quilombola, nos últimos quatro anos, no âmbito da política estadual de segurança alimentar e nutricional.

RQC nº 3.105/2023: pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social consubstanciadas nos dados de atendimentos realizados nos últimos quatro anos pelo programa Minas de Sol.

RQC nº 3.106/2023: pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social consubstanciadas no diagnóstico dos povos e comunidades tradicionais, com o detalhamento das ações

previstas para situações de violações de direitos.

RQC nº 3.107/2023: pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social consubstanciadas nas ações executadas e em execução, no âmbito da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, nos últimos quatro anos.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2023.

Deputada Andréia de Jesus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos